

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

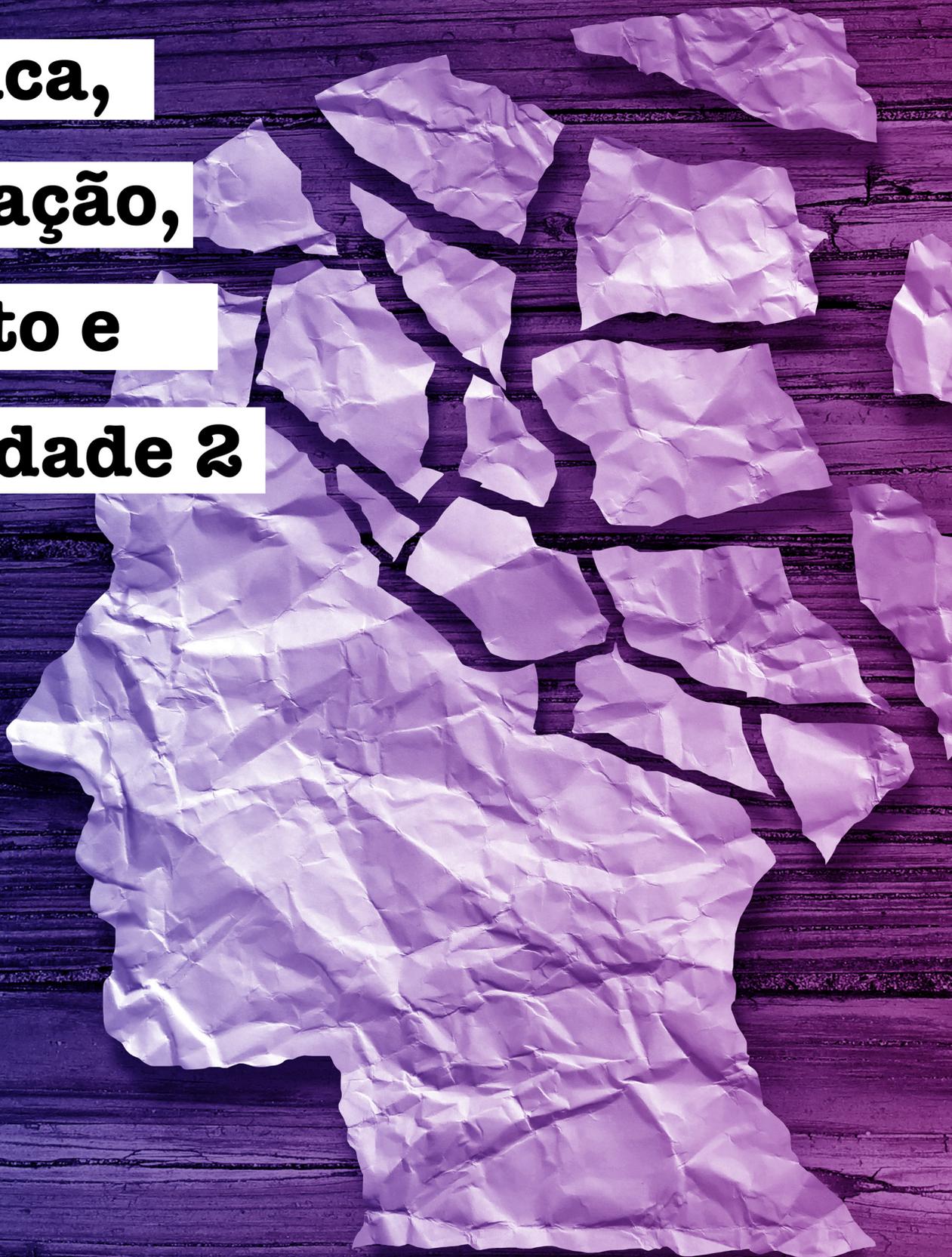
Filosofia

Política,

Educação,

Direito e

Sociedade 2



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-095-7

DOI 10.22533/at.ed.957190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O objetivo do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade, uma vez que, o Brasil, historicamente, sempre se distinguiu por enormes desigualdades e pela exclusão social, econômica, étnico/racial, de gênero e cultural que, atualmente, vem crescendo em face de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizam os direitos políticos em detrimento dos direitos sociais. Existem declarações, documentos e leis que contemplam os direitos políticos, civis, econômicos, culturais, sociais e coletivos. Entretanto, a concretização desses direitos, na prática, não se realizam de imediato ou de modo natural. Nesse contexto nacional e também mundial, marcado pelo neoliberalismo econômico, é que se instala um verdadeiro abismo social, com um aumento cada vez maior de pessoas excluídas do processo de desenvolvimento econômico, destituídas das condições de dignidade humana. Em períodos de intensa globalização, o debate sobre a universalidade dos direitos humanos ganha novos contornos. Através especialmente da faceta econômica do processo globalizador, o mundo todo se encontra conectado, se inter-relaciona, e, com isso, a hegemonia do mercado capitalista mundial gera o temor da homogeneização. Por outro lado, as reações a esse processo trazem à tona as diferentes identidades e culturas, que mais e mais clamam ser respeitadas. A diversidade de culturas é uma riqueza, não há dúvida. Diferentes formas de ver o mundo, de viver o mundo; a variedade de tradições, de ritos e ritmos; as distintas comemorações e seus significados, os figurinos e seus coloridos. Como é encantador conhecer e aprender com o Outro! Contudo, o brilho da diversidade não deve cegar-nos a algumas práticas culturais que, embora pertencentes a culturas preciosas, acabam agredindo a Humanidade que há em todos nós. Sabe-se que os direitos humanos, após sua consolidação no século XVIII, passaram por transformações no sentido de que novas lutas foram agregando novos direitos ao conjunto. Se, a princípio, falar de direitos humanos significava tratar apenas de direitos civis e políticos, hoje tal denominação abarca também direitos sociais, direitos difusos – como o direito ao meio ambiente – e direitos coletivos – por exemplo, os direitos da mulher. Todavia, não obstante já terem passado mais de dois séculos do seu “nascimento” – cujo marco a história ocidental assenta na Revolução Francesa, de 1789 – sequer os direitos humanos ditos de primeira dimensão foram totalmente efetivados. Ainda que tais direitos sejam caracterizados como universais, isto é, pertencentes a todos os seres humanos, observa-se o desrespeito a direitos mais básicos – como o de não sofrer tratamento cruel ou degradante, para citar um – em várias partes do planeta. Algumas vezes esse desrespeito provém de afronta à própria lei que consagra os direitos. Outras vezes, eles acabam sendo violados por uma questão cultural, ou seja, por práticas culturais que, malgrado sejam exercidas há tempos e sejam aceitas por boa parte de seus praticantes, coíbem o desenvolvimento integral da pessoa, ferindo a dignidade humana e, por isso, constituindo uma ofensa

aos direitos humanos. Frente a esses eventos – globalização, temor de homogeneização, valorização da diversidade cultural –, como defender a existência de direitos humanos universais? De que forma sustentar que todos os seres humanos possuem direitos inalienáveis, independentemente das diferenças que há entre nós? Mais ainda: como demandar respeito a direitos básicos que todos temos ante práticas culturais que os violam, quando justamente a questão da cultura e de sua preservação levanta vozes em sua defesa? De que modo argumentar pelo apreço à dignidade humana, através do respeito aos direitos humanos, que, tal como se entende hoje, se consolidaram no Ocidente, sem que pareça que esta atitude seja um ato de imperialismo cultural? Eis alguns dos dilemas que os direitos humanos enfrentam nos dias atuais argumentos que se pode sustentar a erradicação de uma prática cultural que pareça violadora da dignidade humana, buscando-se um caminho o diálogo intercultural para que a defesa dos direitos humanos que são universais, ou seja, pertencem a todos independente de raça, religião, nacionalidade ou cultura em face de uma tradição não configure imperialismo cultural. A hipótese é a de que, tendo em vista que a cultura é uma categoria dinâmica, em constante processo de construção, e que as culturas se relacionam e se misturam, práticas culturais que aviltem o ser humano, mitigando o desenvolvimento de suas capacidades, merecem ser erradicadas – pelo diálogo intercultural, nunca por imposição em nome dos direitos humanos. É incontestável que não se deve impor ao Outro nosso olhar, nossa perspectiva, nossa maneira de ver. Isso não quer dizer, no entanto, que não se possa chegar a um consenso. Vislumbra-se um caminho: o diálogo intercultural. O interculturalismo entende a diversidade cultural como uma riqueza e tem a compreensão de que as culturas se relacionam, influenciando umas às outras, pois as culturas, sobretudo no mundo globalizado de hoje, aproximam-se, mesclam-se, tornam-se híbridas. A partir daí, e considerando que as culturas são dinâmicas, estando então num permanente processo de reconstrução, seja por circunstâncias internas ou externas (justamente no contato com outras culturas), parece possível que diferentes culturas aprendam umas com as outras na busca de valores comuns que levem ao respeito à dignidade humana sem que isso acarrete homogeneização. Por outro lado, já é hora de desvincular os direitos humanos de sua procedência histórica. Afinal, o fato de, no seu entendimento moderno, terem se consolidado no Ocidente não significa que devam ser mantidos necessariamente presos aos limites de sua origem. Quantos elementos de nossa própria cultura se originaram em outras? Ademais, os valores-base dos direitos humanos não pertencem exclusivamente a nenhum sistema cultural. E os direitos humanos têm se tornado mais e mais uma alternativa a possibilitar a coexistência humana pacífica e sempre mais enriquecedora entre diferentes no mesmo mundo. Como consequência disso, os direitos humanos são cotidianamente violados. Conforme dito anteriormente, esses direitos são assegurados em vários instrumentos jurídicos e conclamados em princípios universais tanto na ordem nacional como no ordenamento internacional. Contudo, o amplo respaldo documental não impede as constantes

violações dos direitos humanos em todo o mundo. Pensa-se, então, em formas de possibilitar o respeito e a eficácia desses direitos humanos que deveriam, na prática, ser consagrados. Nessa perspectiva, surge a educação em direitos humanos como um dos caminhos necessários para a efetivação dos direitos mais elementares e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Como se lê em Horta (2000) a educação em direitos humanos situa-se em uma perspectiva crítica em relação ao modelo neoliberal vigente e impele o desvendar da sua racionalidade, suas implicações sociopolíticas e seus pressupostos éticos. A autora ressalta que promover processos educacionais sem questionar o paradigma hegemônico vigente significa esquivar-se da responsabilidade política da educação em relação ao presente e futuro. Com base nessa ótica de educação, deve-se propor uma ética que enfatize o público, a solidariedade e o bem comum. Compreender a educação como algo isento, à parte das relações sociais significa romantizar a educação. Se a política é algo inerente às relações sociais, não dá para compreender a educação fora do contexto social. Precisamos analisá-la como algo que é influenciado e que também influencia; como determinada e determinante social. Portanto, não basta o[a] professor[a] se preocupar em fazer bem o trabalho que faz, também é preciso que reflita sobre como o faz, sobre as implicações e consequências do que faz. (MATTOS, 2008. p. 8-9). A educação é um direito internacionalmente reconhecido, conforme se lê no art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966: Os Estados partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ALVES, 1997, p. 79, grifos nossos). Da citação acima se depreende a educação tanto como um direito em si mesma como também um meio indispensável para concretização de outros direitos. Segundo Zenaide e Tosi (2004), no Brasil, após a Constituição de 1988, o Estado Democrático de Direito admite os direitos humanos como parte integrante do arcabouço jurídico e institucional, das políticas sociais e da cultura democrática, o que torna a educação em direitos humanos tema central integrante da política de Estado. A discussão sobre a necessidade de uma educação em direitos humanos não é recente, nem está só no plano das ideias. O Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), lançado pelo governo federal em 2002 dedica uma parte à educação com propostas para curto, médio e longo prazo, dentre eles o item 470: “Criar e fortalecer programas para o respeito aos direitos humanos nas escolas de ensino fundamental e médio através do sistema de temas transversais, assim como de uma disciplina sobre direitos humanos.” (BRASIL, 2002). Em 2003, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos lançou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH,

2003). Conforme se lê nesse documento tal educação está direcionada para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais do ser humano, dentre outros aspectos. Tal direcionamento do PNEDH (2003) baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. A Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), reflete o propósito dos documentos acima mencionado ao dispor sobre os princípios e fins da educação nacional afirmando no artigo 2º, que a “[...] educação [...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A identidade da educação em direitos humanos é um processo ainda em construção, não havendo consenso entre autores e autoras sobre sua definição (SACAVINO, 2009). E, pelo fato do conteúdo dos direitos humanos não ser neutro deve-se atentar para a polissemia. Tratou-se de uma primeira versão por meio da Criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), por meio da portaria nº 98/1993 da SEDH/PR. Em 2006, foi concluído o Plano com sua versão final. 24 de expressões que são utilizadas de acordo com os interesses de determinados grupos sociais. Especialmente nas dimensões político-ideológica e pedagógica, convivem diferentes concepções, que vão do enfoque neoliberal, centralizado nos direitos individuais, civis e políticos até o enfoque histórico-crítico de caráter contra hegemônico, nos quais os direitos humanos são uma referência no processo de construção de uma sociedade diferente, justa, solidária e democrática, tendo como fundamento a indivisibilidade e interdependência das diferentes gerações de direitos (SACAVINO, 2009). Essas questões serão examinadas posteriormente. Assim, feita essas considerações, quais relações pode haver entre direitos humanos, democracia, cidadania e educação? A relação entre os direitos humanos e a democracia existe na medida em que esta é entendida como o regime político da soberania popular e do respeito aos direitos humanos, o que pressupõe seu reconhecimento, promoção e proteção. Tal democracia, ao englobar os direitos civis, a participação política direta, a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais sem privilégios para todos os membros da sociedade, cumpre as exigências da cidadania ativa. A educação escolar atua como um dos caminhos de conscientização dos direitos e deveres pelas pessoas que possivelmente terão maior oportunidade de atuar e interferir no contexto social colaborando na construção de outra sociedade em que vigore os direitos humanos. Conforme se lê em Ruiz (2008, p. 225): “Trata-se de entender a escola como um ambiente conflituoso, permeado constantemente por contradições no qual ocorrem, diuturnamente, ‘lutas pedagógicas’ que podem vir a somar-se com a luta sócio-política, em prol da transformação social”. Conforme pondera Konder (2004, p. 20) com base em Marx, “[...] a atividade do[a] educador[a] tem seus limites, porém é atividade humana, é práxis. É intervenção subjetiva na dinâmica pela qual a sociedade existe se transformando. Contribui, portanto, em certa medida, para o fazer-se história”. Com a

democratização de acesso à educação escolar, as crianças passam longos anos de suas vidas dentro de escolas e, durante esse período, pode-se promover processos que favoreçam o desenvolvimento crítico da realidade social, adoção das sementes da real noção de cidadania, de respeito ao outro e do espírito coletivo como também pode ocorrer a introjeção de valores de conformismo e aceitação do status quo do modelo neoliberal de sociedade vigente. O Brasil está no terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (2009) — PNDH III. Nas últimas três décadas sob o ponto de vista da legislação muito se tem anunciado os direitos humanos como requisito indispensável à concretização da democracia no país. O Estado também tem colocado ênfase na educação formal como um dos meios de construção de uma cultura de direitos humanos por meio da ratificação de vários pactos internacionais e elaboração de vários planos nacionais visando dar subsídios aos governos estaduais e municipais na elaboração e na execução de seus próprios programas de direitos humanos.

No artigo **O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**, o autor Arcângelo da Silva Ferreira nesse trabalho procura verificar e analisar a ideia de história no pensamento do escritor amazonense Milton Hatoum. Paralelo a isso, as possibilidades de sua narrativa para o ensino de História da Amazônia. o corpus de análise para esta investigação é a novela *Órfãos do Eldorado*. No artigo **O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES**, os autores Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva com o objetivo de identificar as produções científicas que discutem essa política de educação profissional pesquisas promovidas acerca do Programa Brasil Profissionalizado. O artigo **O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ**, dos autores Jhanielly Gonçalves Barbosa, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, procura analisar o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF) em escolas públicas do ensino médio de Belém, em especial, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva, cujo objetivo é analisar como se configura o Programa Ensino Médio Inovador na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva. O artigo **O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?** o autor José Carlos Mendonça, busca mostrar como a atividade filosófica, como prática educativa, deve se caracterizar para que o sentido do ensino não se restrinja ao trabalho que visa mover o ‘sujeito’ ao redor do discursivo estritamente conceitual; mas, ao contrário, atrelado ao viver, ou a constituição de um “discurso interno” do sujeito sobre si, sobre sua situação, com o objetivo da modificação de si. No artigo **O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO**, os autores Ana Gregória de Lira, Rodrigo Nicéas Carneiro Leão, Tatiana Cristina dos Santos Araújo, Alexandre Simão de Freitas, objetivou caracterizar o fenômeno da dádiva, suas contribuições

para o campo educacional e elucidar o debate acerca das sutilezas que permeiam a ação educacional. também interligar a dívida à Educação e refletir sobre a ética que permeia a ação pedagógica movida pela dívida. **No artigo O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO**, as autoras Maria Cristina Leandro de Paiva, Thayane Lopes Miranda, Viviane Marina Andrade Silva, buscou –se discutir a organização e o atendimento às crianças na educação infantil, destacando as particulares subjacentes a esse atendimento, na Rede Municipal de Ensino de Natal/RN. O artigo **O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE**, a autora Roberta Ravaglio Gagno, procura refletir sobre a construção da cultura profissional do pedagogo, em especial no que tange aos processos de trabalho, sua interferência nessa construção, as condições e políticas educacionais no Paraná .No artigo, **O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO**, os autores Valmir Pereira, José Cândido Rodrigues Neto, Maria Aparecida da Silva Bezerra, buscou investigar as repercussões e influências na educação, especialmente sobre a formação da mão de obra, as práticas escolares e educacionais e o antagonismo de classes. No artigo **AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA** os autores: Eldernan dos Santos Dias, Roberto Lister Gomes Maia, apresentam um estudo sobre mediações entre a formação humana e suas possibilidades como pressuposto teórico e filosófico para o campo de conhecimento da Educação Física. No artigo **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR**, os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro discutir sobre os direitos das crianças e adolescentes com deficiência no âmbito escolar, trazendo a luz, a partir de uma revisão bibliográfica. No artigo **AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, os autores Gisele Carvalho Lomeu, Fátima Aparecida da Silva locca, discorrem sobre as contribuições das aulas experimentais para o processo de ensino e aprendizagem de conceitos científicos básicos abordados no ensino de Ciências na Educação Infantil, de uma escola do campo no Município de Terra Nova do Norte/MT. No artigo **AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)**, os autores Mark Clark A Carvalho, Luciana Ferreira de Lira, Mizraiam Lima Chaves, objetivo realizar um resgate histórico acerca do processo de implantação e funcionamento das chamadas “escolas ambulantes” no antigo Território Federal do Acre na perspectiva de procurar evidenciar qual o papel desempenhado por esse tipo de organização escolar para as ações pioneiras de escolarização da população do antigo território. No artigo **AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM NARRADORES DE JAVÉ**, a autora Léa Evangelista Persicano proporcionar uma reflexão acerca de narrativas orais enquanto uma prática cultural que propicia uma ressignificação do passado, com projeções no

presente e no futuro. **No artigo AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE – MS, a autora NOVAIS, Pabliane Lemes Macena, com o objetivo, descobrir qual o papel da formação de professores na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS, se tem havido continuidade nas políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e, ainda, se as ações desenvolvidas nos dois cenários aqui abordados (Educação Infantil e Classes de Alfabetização do Ensino Fundamental).** No artigo **AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA,** as autoras Carolina Barreiros de Lima, Janaína Moreira Pacheco de Souza discute a importância do planejamento pedagógico voltado para questões relacionadas à autoestima e ao fracasso escolar. No artigo a **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES,** a autora COSTA, Simone Freitas Pereira, realizou um balanço de produções sobre o tema supracitado sobre o tema avaliação da aprendizagem, consultando teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos no Brasil, contemplando o período de 1999 a 2008. **No artigo AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM,** André Ricardo Lucas Vieira, o artigo analisa a concepção de erro em avaliações de matemática da Educação Básica, partindo das contribuições da pedagogia construtivista na perspectiva de se considerar o erro como uma estratégia pedagógica de promoção da aprendizagem. No artigo **BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA,** a autora Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro, procurou demonstrar que apesar do principal objetivo do movimento de criação de uma Base Nacional Comum Curricular ser a consolidação da educação promotora da formação integral da pessoa e, apesar do vasto conteúdo legislativo, de fato, não se vê, na prática, sintonia e esforços para a reestruturação necessária para a efetividade do ensino transformador. No artigo **CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: Um estudo sobre a formação pelo PARFOR,** os autores, Marnilde Silva de Farias, Lana Cristina Barbosa de Melo, Joelma Carvalho Sales, Marcondes Baptista do Rêgo, Maristela Bortolon de Matos, Busca por meio da abordagem a formação e o processo de profissionalização docente em Educação Física, a partir das implicações decorrentes do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), como um programa de formação emergencial e necessário para consolidação das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação e ainda em cumprimento as exigências de formação previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No artigo, **CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA,** Josélia Maria Costa Hernandez, Este artigo refere-se à descrição da terceira etapa de pesquisas sobre o processo de profissionalização do professor da Academia

da Força Aérea (AFA) produzidas pelo grupo de estudos Processos Educacionais – Propostas de Estudo (PEPE), vinculado à linha de pesquisa formação e profissionalização docente no ensino superior militar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Assuntos de Defesa (GEPAD) da AFA.. No artigo **CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)**, os autores, Luan Manoel Thomé e Flávio César Freitas Vieira, pesquisou sobre o primeiro diretor do Grupo Escolar de Diamantina (GED) Cícero Arpino Caldeira Brant . No artigo **Cidadania e Território: Os Desafios Contemporâneos da Crise Ambiental no Espaço da Cidadania**, o autor, Bruno Rego, Pensada sempre nos limites territoriais de um espaço nacional, a noção clássica de Estado-nação tornou-se um conceito cuja operacionalidade foi fracturada em face das grandes tendências e desafios com o que o século XXI se confronta, desafios esses cuja resolução tem de ser enfocada primordialmente num plano global. No artigo **CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL**, os autores **Maristela Rosso Walker, Ademarcia Lopes de Oliveira Costa, Cassia Peres Martins, Giovanna Marques Moreira Bertim, Guilherme Aparecido de Carvalho, Maria Fatima Menegazzo Nicodem** O trabalho buscou desenvolver o projeto de extensão “É papo de cinema! UTFPR – cine diversidade, educação e diversão”, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Santa Helena. Objetivou favorecer o acesso a acadêmicos, servidores da Universidade e comunidade circunvizinha à produção cinematográfica de diferentes categorias e gêneros, que remetam à temática da DIVERSIDADE social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional, a cultura africana, afrodescendente e indígena. No artigo **Coeducação uma proposta para aulas de educação física no ensino fundamental** as autoras, Raymara Fonseca dos Santos, Patrícia dos Santos Trindade, Dainessa de Souza Carneiro, Lucas Diógenes Leão, Gerleison Ribeiro Barros, o objetivo é investigar se os professores de Educação Física adotam práticas pedagógicas pertinentes às questões de gênero, por meio de aulas coeducativas. No artigo **COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO** a autora Aline de Carvalho Moura, o objetivo deste trabalho é fazer alguns apontamentos sobre a relação entre a sociedade contemporânea e a educação, a partir de uma análise sobre os CIEPs do Complexo da Maré.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9571904021	
CAPÍTULO 2	13
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904022	
CAPÍTULO 3	24
O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ.	
Jhanielly Gonçalves Barbosa Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9571904023	
CAPÍTULO 4	31
O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?	
José Carlos Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9571904024	
CAPÍTULO 5	55
O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO	
Ana Gregória de Lira Rodrigo Nicéas Carneiro Leão Tatiana Cristina dos Santos Araújo Alexandre Simão de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.9571904025	
CAPÍTULO 6	70
O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO	
Maria Cristina Leandro de Paiva Thayane Lopes Miranda Viviane Marina Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904026	
CAPÍTULO 7	80
O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE	
Roberta Ravaglio Gagno	
DOI 10.22533/at.ed.9571904027	

CAPÍTULO 8	91
O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO	
Valmir Pereira José Cândido Rodrigues Neto Maria Aparecida da Silva Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.9571904028	
CAPÍTULO 9	99
AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA.	
Eldernan dos Santos Dias Roberto Lister Gomes Maia	
DOI 10.22533/at.ed.9571904029	
CAPÍTULO 10	112
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.95719040210	
CAPÍTULO 11	121
AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gisele Carvalho Lomeu Fátima Aparecida da Silva Iocca	
DOI 10.22533/at.ed.95719040211	
CAPÍTULO 12	126
AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)	
Mark Clark A. Carvalho Luciana Ferreira de Lira Mizraiam Lima Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.95719040212	
CAPÍTULO 13	139
AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM <i>NARRADORES DE JAVÉ</i>	
Léa Evangelista Persicano	
DOI 10.22533/at.ed.95719040213	
CAPÍTULO 14	146
AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Carolina Barreiros de Lima Janaína Moreira Pacheco de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.95719040214	
CAPÍTULO 15	156
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Simone Freitas Pereira Costa	
DOI 10.22533/at.ed.95719040215	

CAPÍTULO 16	166
AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
André Ricardo Lucas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040216	
CAPÍTULO 17	179
BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA.	
Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro.	
DOI 10.22533/at.ed.95719040217	
CAPÍTULO 18	189
CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO PELO PARFOR	
Marnilde Silva de Farias	
Lana Cristina Barbosa de Melo	
Joelma Carvalho Sales	
Marcondes Baptista do Rêgo	
Maristela Bortolon de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.95719040218	
CAPÍTULO 19	200
CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	
Josélia Maria Costa Hernandez	
DOI 10.22533/at.ed.95719040219	
CAPÍTULO 20	210
CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)	
Luan Manoel Thomé	
Flávio César Freitas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040220	
CAPÍTULO 21	222
CIDADANIA E TERRITÓRIO: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA CRISE AMBIENTAL NO ESPAÇO DA CIDADANIA	
Bruno Rego	
DOI 10.22533/at.ed.95719040221	
CAPÍTULO 22	231
CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL.	
Maristela Rosso Walker	
Ademarcia Lopes de Oliveira Costa	
Cassia Peres Martins	
Giovanna Marques Moreira Bertim	
Guilherme Aparecido de Carvalho	
Maria Fatima Menegazzo Nicodem	
DOI 10.22533/at.ed.95719040222	

CAPÍTULO 23 242

COEDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Raymara Fonseca dos Santos

Patrícia dos Santos Trindade

Dainessa de Souza Carneiro

Lucas Diógenes Leão

Gerleison Ribeiro Barros

DOI 10.22533/at.ed.95719040223

CAPÍTULO 24 252

COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO

Aline de Carvalho Moura

DOI 10.22533/at.ed.95719040225

SOBRE A ORGANIZADORA..... 265

O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO

Valmir Pereira

Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande – PB

José Cândido Rodrigues Neto

Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande – PB

Maria Aparecida da Silva Bezerra

Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande – PB

RESUMO: Partindo do pressuposto marxista de que vivemos em uma sociedade dualista de classes, em que de um lado está a elite dominante detentora dos meios ideológicos e de produção, e de outro lado há uma classe trabalhadora que vende sua força de trabalho, é possível extrair como consequência lógica disto que esse antagonismo de classes se estende para a educação, criando assim, um dualismo educacional, mantido por dois tipos de escola: aquela que forma a classe operária para o mercado de trabalho, e a outra escola, destinada a formar as elites, para que estas mantenham o domínio intelectual na sociedade capitalista. Partindo deste pressuposto e tendo em vista que o toyotismo é o modelo de organização da produção em voga, investigaremos suas repercussões e influências na educação, especialmente sobre a formação da mão de

obra, as práticas escolares e educacionais. Para realizar este estudo recorreremos a uma pesquisa bibliográfica e de revisão de literatura que terá como referencial teórico alguns conceitos do pensamento Marxista, principalmente a noção de antagonismo de classes, presente no *Manifesto do partido comunista*, de Marx e Engels, o texto intitulado *O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias*, de Saviani, para compreender a noção dos dois tipos de escola, refletindo o antagonismo de classes. Assim, explicitaremos a existência do antagonismo de classe e em seguida apontaremos alguns dos impactos do toyotismo na educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, capitalismo, toyotismo.

ABSTRACT: Going from the Marxist premise that we live in a dualistic society of classes, where we find on one side the dominant elite who wields the production and ideological ways, and on the other side there is a working class who sells their work, is possible to extract as logical consequence the classes antagonism in the educational field, creating an educational dualism, maintained by two types of schools: the one which makes the working class ready to the market, and the other which is destined to make the elite, so they keep the intellectual dominance in the capitalistic society. From this

point and keeping on mind that the model of organization is the Toyotism in education, we will investigate it's repercussion and influences in the education , especially on the formation of work force, the scholarly and educational practices. To perform this study we investigate a biographic research and literary review that will have as theoretical reference some concepts of Marxist thought, especially a notion of classes antagonism , contained in *Manifesto do Partido Comunista*, whitened by Marx and Engels and the text named *O trabalho como principio educativo frente as novas tecnologias*, from Saviani, to understand the difference from the two types of school. Therefore, we will make explicit the dualism between classes and following we will point some impacts of Toyotism in education.

KEYWORDS: Education, Capitalism, Toyotism.

1 | INTRODUÇÃO

Levando-se em consideração que o toyotismo é o paradigma produtivo implantado na sociedade vigente, se faz necessário refletir quais são as implicações disto para a educação escolar, tendo em vista que os discursos hoje em voga atribuem a ela a tarefa de preparar os indivíduos para o mercado de trabalho e para a cidadania. Este tipo de discurso está inserido na perspectiva de uma sociedade que apresenta uma divisão de classes, que é explicitada de diversos modos, sendo a educação um deles. Assim, temos dois tipos de educação: uma que prepara mão de obra para o sistema capitalista e outra que desenvolve as diversas potencialidades do indivíduo, preparando-o para as atividades intelectuais. Sendo que a primeira é destinada às classes menos favorecidas economicamente e a segunda é destinada às classes mais abastadas e detentoras do domínio económico e ideológico. Desse modo este antagonismo de classes:

[...] marca a questão educacional e o papel da escola. Quando a sociedade capitalista tende a generalizar a escola, esta generalização aparece de forma contraditória, porque a sociedade burguesa preconizou a generalização da educação escolar básica. Sobre esta base comum, ela reconstitui a diferença entre as escolas de elite, destinadas predominantemente á formação intelectual, e as escolas para as massas, que ou se limitam à escolaridade básica ou, na medida que têm prosseguimento, ficam restritas a determinadas habilitações profissionais (SAVIANI, 1994, p.159).

Desse modo, se existe dois tipos de educação e uma delas visa formar mão de obra qualificada, para assim perpetuar esta situação de exploração, esta mão de obra preparada precisa estar apta para suprir as demandas do paradigma de produção vigente no mundo capitalista. Este é o modo de produção toyotista, que está baseado em uma produção flexível. Destarte, se o toyotismo é o modelo de produção em voga, como produzir uma mão de obra para suprir as necessidades deste modelo? E como estas exigências, do modelo Toyota, se refletem na educação? Quais práticas escolares e educacionais evidenciam a adequação de uma preparação aos moldes do toyotismo? Esta são algumas das questões que procuraremos discutir ao longo deste

artigo.

2 | O TOYOTISMO E O TRABALHO EM EQUIPE

O Toyotismo caracteriza-se pela flexibilidade da produção. Neste modelo se produz apenas o necessário, reduzindo assim os estoques e o desperdício de material. A ideia aqui é maximizar a capacidade produtiva e o tempo gasto para se produzir, garantindo, assim, maiores lucros. O modelo Toyota traz consigo uma modificação nas relações de trabalho, exigindo uma maior qualificação por parte do trabalhador, neste contexto ele precisa estar apto para exercer mais de um tipo de função, tornando-se assim polivalente. Com o intuito de ganhar tempo e eliminar o “tempo morto”, o toyotismo adota o trabalho em equipe, sendo este monitorado por um líder.

Essas características passam ao trabalhador a impressão de que ele está sendo mais participativo, entretanto, ainda prevalece aqui a exploração que o trabalhador sofre por parte do sistema capitalista. Sua força de trabalho é alienada e as empresas lucram através da mais-valia, que é o excedente de valor produzido pelo trabalhador e que vai muito além dos gastos com a sua força de trabalho. Este excedente é apropriado pelo burguês dono do meio de produção onde o operário trabalha. A mais-valia é uma das formas pelas quais o sistema capitalista se perpetua e se mantém funcionando às custas do trabalho explorado e alienado. Não fossem a mais-valia e a exploração do trabalho alienado, os trabalhadores deveriam receber salários bem melhores, pois aquilo que produzem vale mais do que aquilo que ganham. Sendo assim, no modelo capitalista o salário dos trabalhadores não corresponde àquilo que eles produzem, e estes acabam recebendo salários inferiores ao que realmente deveriam receber. É esta situação de exploração que propicia os grandes lucros da classe burguesa e, por isso, esta classe busca manter tal situação.

Sendo assim, a “[...]condição essencial para a existência e para a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o aumento do capital; a condição da existência do capital é o trabalho assalariado” (ENGELS, MARX, 2007, p. 60-61). Aquilo que o operário recebe por seu trabalho é o mínimo que ele necessita para que conseguir suprir suas necessidades mais básicas e vitais, este salário escamoteia a exploração presente no sistema capitalista, pois o valor de custo de um trabalhador para seu empregador é absurdamente menor que o valor que ele produz com o seu labor, este excedente de valor produzido pelo trabalhador é apropriado pelo burguês sob a forma de mais-valia.

No toyotismo também há uma forte competitividade entre os trabalhadores, aumentando, assim, a capacidade produtiva das empresas. Dentro da lógica de trabalho em equipe cada operário age como supervisor da produção de seu próprio grupo. Um dos objetivos visados pelo toyotismo com a implementação do trabalho em equipe é a diminuição da força de trabalho ociosa. A divisão de grupos de trabalhos (células)

permite que a produção se dinamize, pois agora espera-se que cada trabalhador seja polivalente para assim poder contribuir com o aproveitamento de sua equipe. A cada equipe é atribuída uma responsabilidade com determinada demanda de produção, e se esta não for cumprida a equipe inteira é responsabilizada. Assim, em cada equipe cada membro acaba se tornando um supervisor de seu companheiro. Desse modo, em cada célula:

Gerou-se um sistema de “gerencia pelo estresse”. Cada célula é responsabilizada pelo cumprimento de metas estabelecidas pela gerencia, decidindo com isso como distribuir as atividades de trabalho internamente entre os membros. Contrariamente ao sistema taylorista/fordista, a ideia é fazer que cada trabalhador conheça e compreenda, tanto quanto possível, o funcionamento dos postos e de toda célula e, se necessário, também de outras células (PINTO, 2013, P.75).

Deste modo, percebemos que o trabalho em equipe é estratégico para o funcionamento do modelo toyotista. Pois além de dinamizar a produção e eliminar o trabalho ocioso, decorrente da divisão de trabalho, instaura um rigoroso controle de qualidade que é garantido pela própria supervisão das equipes de trabalho. Assim passa-se a ideia de que o trabalhador participa de forma efetiva nos rumos da empresa e de que tem uma autonomia, desta forma acoberta-se a real situação de exploração. Sobre isto é dito que:

O processo de aumento da exploração do trabalho aparece travestido por uma ideia de maior autonomia do trabalhador. Desse modo, o operário se percebe como alguém que está controlando o processo produtivo. Além de aumentar a produtividade do trabalho, a estratégia capitalista objetiva angariar o consentimento passivo do trabalhador frente às inovações na organização do trabalho, o que implica em novas formas de subordinação do trabalho ao capital, principalmente pelo engajamento do trabalho na produção (SANTOS, 2011, p.146).

Tendo em vista que o trabalho em equipe garante o funcionamento do modelo de produção Toyota, a formação de força de trabalho para suprir as demandas desse sistema é atribuída à escola, pois ela é responsável pela formação para o mercado de trabalho. Sendo assim, inúmeras práticas e estratégias do toyotismo são incorporadas pela formação escolar, com o intuito de preparar trabalhadores adaptados às exigências desse modelo. Para que estes sejam as engrenagens que movimentarão a máquina capitalista, e desse modo perpetuar as explorações decorrentes desse sistema.

3 | TOYOTISMO NA ESCOLA

A escola, como reprodutora da sociedade, adquire as práticas e as normas que o meio social impõe, ou seja, interioriza e reproduz este modelo. Essa observação se faz importante para o presente trabalho por ser a premissa que introduz o motivo das escolas terem características de modelos de produção que surgiram no século XX e que desde então se mantém nos diversos âmbitos escolares.

Um modelo de produção que é ainda encontrado, com mais frequência, nas escolas é o modelo Toyota, que possui regras que são características de modelos

de produção que visam um maior acúmulo de capital em menor tempo (*just-in-time*). Neste modelo a cooperação em grupo é de extrema importância, por gerar mais lucro e valorizar o tempo, que se perdia antes quando um operário era responsável por apenas uma função. Assim alguns discursos, pretensamente inofensivos pregam a pedagogia da cooperação, sugerindo que a escola tem:

Em suas mãos a oportunidade de ensinar o que é mais importante para os alunos: adquirirem habilidades e aptidões que serão úteis para a vida e para o mercado de trabalho. A escola precisa ensinar cooperação. E a melhor maneira de fazê-lo é através de modelos de trabalhos em cooperação dentro de sala de aula (CARVALHO, 2000, p. 16. apud ASSIS, 2004, p.8).

A escola reproduz este modelo a partir do momento em que, como no modelo Toyota, ela incentiva para que o educando se torne polivalente e desenvolva múltiplas capacidades, que serão úteis para o trabalho em equipe, presente no modelo de produção das fábricas e indústrias.

Assim como no início do século XX, atualmente as classes mais economicamente privilegiadas recebem uma melhor educação, pois recebem uma educação que lhe prepara para desenvolver as diversas atividades intelectuais, formando-os para serem a elite hegemônica que perpetuará o modelo capitalista. Para a classe trabalhadora é oferecida uma educação que os forma para serem mão de obra barata e explorada, para que continuem alienados das reais condições de exploração em que se encontram. Assim, a educação oferecida para os trabalhadores é destituída de criticidade, pois desta maneira a elite burguesa passará a ter o controle ideológico sobre os explorados, não oferecendo chances para que estes possam agir e transformar a realidade em que estão mergulhados. Tendo em vista que:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante (MARX; ENGELS, 2007, p. 48, apud MACHADO, 2010, p.52).

Com efeito, a classe burguesa como sendo detentora dos bens materiais também estende seu poder para o plano ideológico e com isto torna-se detentora da maior parte da produção intelectual. É justamente este domínio duplo que as elites burguesas buscam manter para si, mantendo-se como classe hegemônica tanto no plano material como no plano intelectual. Uma das formas para que isto ocorra é por meio da divisão do ensino, para que a escola pública ofereça apenas aquilo que o filho do proletariado precisa para também se tornar trabalhador assalariado

Essa educação que é influenciada pelo toyotismo acaba excluindo as chances dos indivíduos mais humildes serem possuidores dos mais variados tipos de conhecimento, e também corta as esperanças de um emprego que lhe faça gostar do que faz, ou seja, este tipo de educação direciona o homem para um fim, sem se importar com o seu conhecimento adquirido e suas aptidões.

Podemos identificar traços do toyotismo nas escolas quando o professor divide a turma em grupos para realizar alguma apresentação, que na maioria dos casos seria tarefa dele, e acaba influenciando para que haja práticas que promovem a divisão de saberes. Ao ser estabelecida uma atividade em grupo, os alunos dividem o conhecimento em partes, tornando o saber fragmentado, pois raramente um aluno terá adquirido o conhecimento que o outro adquiriu, cada um estuda o que lhe convém para receber o reconhecimento por tal feito. Na divisão em equipe não há, na realidade, uma partilha mútua de conhecimento, isto se mantém apenas no plano ideológico, cada um reproduzirá apenas o que irá lhe beneficiar nas avaliações curriculares, estando aí presente também a competitividade, característica própria do toyotismo. O aluno precisa ser o melhor possível em sua atividade para ultrapassar seu colega, que agora se torna seu adversário, e ganhar um maior reconhecimento.

Diante do que foi exposto, podemos perceber que escola acaba se tornando uma mera servidora do sistema capitalista, formando indivíduos para um determinado modelo de produção. Algumas estratégias destes modelos são incorporadas pela escola, com o intuito de preparar os indivíduos para as exigências do trabalho e tendo em vista que o modelo toyotista é o que vigora no capitalismo atual, então os alunos da escola pública serão preparados justamente para servirem a este modelo. É justamente por isto que algumas práticas que se assemelham ao toyotismo ganham espaço na escola pública. Uma destas estratégias é o trabalho em equipe, que é uma forma encontrada pelo Toyotismo para obter mais lucro em menos tempo, com redução de gastos. Portanto, a escola que é oferecida às classes menos abastadas não visa formar intelectualmente os indivíduos, mas, visa formar uma classe trabalhadora explorada. Logo, esta escola não oferece condições emancipatórias aos educandos, mas, apenas reproduz as condições exploratórias impostas pelo sistema capitalista.

4 | CONCLUSÕES

Mais que abordar um modelo de produção é importante relacionar as práticas que tal modelo apresenta em determinadas instâncias e mais que isso verificar as influências que tais práticas exercem na vida dos indivíduos que dependem dessas instâncias. Levando-se em consideração que o toyotismo é o paradigma produtivo da sociedade vigente, se faz necessário refletir quais as implicações disto para a educação escolar, tendo em vista que os discursos hoje em voga atribuem a ela a tarefa de preparar os indivíduos para o mercado de trabalho.

Assim como no início do século XX, ainda hoje os filhos dos mais favorecidos economicamente recebem uma melhor educação, pois recebem uma educação que os prepara para todos os diversos âmbitos intelectuais, estes são preparados para exercerem os melhores cargos e perpetuarem a exploração do sistema capitalista. Em contrapartida a isso, a escola pública que é responsável por formar os filhos

dos trabalhadores incorpora diversas estratégias que visam formar uma massa de indivíduos alienados, para que estes tornem-se mão de obra alienada que manterá a exploração do sistema vigente.

Destarte, inúmeras práticas e estratégias do modelo toyotista são incorporadas pela formação escolar. O trabalho em equipe na sala de aula é uma destas práticas que se alinham à estrutura de funcionamento do toyotismo, e que têm como intuito preparar trabalhadores adaptados às exigências desse modelo, para que estes se tornem trabalhadores com desenvoltura e hábeis no modelo de produção das fábricas. Estes trabalhadores deverão ser as engrenagens que movimentarão a máquina capitalista, para deste modo perpetuar as explorações decorrentes desse sistema. A escola ao se alinhar a esta proposta de formação para o trabalho, acaba sendo uma veiculadora de ideologias que permitem a manutenção das explorações já apontadas neste texto. Sendo assim, concluímos que a escola ao incorporar estratégias que atendem ao mercado, acaba sendo apenas uma mera reprodutora das explorações decorrentes da divisão de classes, ao invés de ser a responsável pela formação intelectual e crítica dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, M.M. da, PADILHA, A. M. L., **Pedagogia da cooperação: a cartilha Toyotista na educação**. 2004. Disponível em: < www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1221/1035 > Acesso em: < 01 de Dezembro. 2014: 23:04:55 >.
- COSTA, C. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 2005.
- DROIT, R-P. Marx e o mundo de cabeça para baixo. In: _____. **Filosofia em cinco lições**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2012.
- HOBSBAWM, E. J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- JOHNSTON, D. Karl Marx: a marcha da história. In: _____. **História concisa da Filosofia: de Sócrates a Derrida**. São Paulo: Rosari, 2008.
- LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.
- MACHADO, S. B. A ideologia de Marx e o discurso de Foucault: convergências e distanciamentos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, nº 23, p. 46-73, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n23/04.pdf> > Acesso em 10/03/2017.
- MAGALHÃES, F. **10 lições sobre Marx**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Escala, 2007.
- MELO, A. **Para a crítica de uma “pedagogia toyotista” primeiras aproximações**. Disponível em: < www.unicentro.br/pesquisa/anais/seminario/.../aut_70000000.htm >. Acesso em < 27 de Novembro. 2014: 19:46:33 >
- PACIEVITCH, T. **Toyotismo**. InfoEscola. Disponível em: < www.infoescola.com > Economia > Indústria

> Acesso em < 27 de Novembro. 2014: 19:56:53 >

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: expressão popular, 2011.
PINTO, G. P. **A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

SANTOS, P.R. F. dos,. **A intensificação da exploração da força de trabalho com a produção flexível: elementos para o debate**. 2011. Disponível em: < osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/8_OSQ_25_26_Santos.pdf > Acesso em: <01 de Dezembro. 2014: 22:26:43>

SAVIANE, Dermeval. O Trabalho Como Princípio Educativo Frente as Novas Tecnologias. In: FERRET, João Celso. Et al. **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um Debate Multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 151-167.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-095-7



9 788572 470957